

Indicações

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (17) foram apresentadas 7 indicações.

Indicação 167/2019, de autoria do vereador Marinho Thimoteo, que indica à Prefeita Municipal estudos para implantar o “Programa Nosso Bairro – Lotes Urbanizados” em nosso município.

Indicação 168/2019, de autoria do vereador Cícero Policial, que indica à Prefeita Municipal a instalação de um redutor de velocidade elevado na Av. Paraguaçu, nº 1203, em frente a entrada principal do Paraguaçu Tênis Clube.

Indicação 169/2019, de autoria da vereadora Neide Teodoro, que indica à Prefeita Municipal a troca de lâmpadas na Rua XV de Novembro, nºs. 924 e 934.

Indicação 170/2019, de autoria do vereador Cícero Policial, que indica à Prefeita Municipal a manutenção da ponte na estrada da Água do Sapé, próximo ao clube de tiro em Paraguaçu Paulista.

Indicação 171/2019, de autoria do vereador Cícero Policial, que indica à Prefeita Municipal a troca de lâmpadas na rua Esportista Joaquim José Leite, nº 86 e na rua Tiradentes, nº 1053.

Indicação 172/2019, de autoria do vereador Junior Baptista, que indica à Prefeita Municipal a realização de formação dos coletores de lixo para que os mesmos obedeçam a legislação vigente quanto aos equipamentos de segurança - EPI's, além das legislações referentes à questão da coleta de lixo, em especial a Lei Complementar nº 230/2018.

Indicação 173/2019, de autoria do vereador Junior Baptista, que indica à Prefeita Municipal a instalação de redutores de velocidade na Av. Sete de Setembro, nas proximidades dos nºs. 2469 e 2325.



Requerimentos

Vereadores fazem questionamentos à Prefeita Almira Garms

Na Sessão Ordinária de segunda-feira, 17 de junho, a Câmara de Vereadores aprovou 12 requerimentos.

Requerimento 120/2019, de autoria do vereador Ian Salomão, com assinatura de apoio do vereador Vitor Bini, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a possibilidade de facultar aos servidores o recebimento de metade do seu 13º salário na data de seu aniversário.

“Justificamos o presente Requerimento, pois a medida beneficiaria tanto os servidores que poderiam optar em receber metade do décimo terceiro na data de seu aniversário, como a administração pública, que desafogaria os cofres públicos. Neste sentido, seria mais interessante ao Poder Executivo implantar a medida, uma vez que facilitaria a administração dos recursos e evitaria a saída e o pagamento de um valor gigantesco em uma única vez no final do ano em prol do décimo terceiro dos servidores públicos”, disse o vereador Ian.

Requerimento 121/2019, de autoria do vereador Serginho, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a quantidade de vagas estipuladas para o cargo de Auxiliar de Vida Escolar (AVE), no edital do Concurso Público nº 001/19.

“O Projeto de Lei Complementar nº 27, de 7 de dezembro de 2018, tramitou por esta Casa e durante sua análise, os vereadores receberam os Diretores do Departamento Municipal de Educação e do Departamento Municipal de Planejamento, para dirimir algumas dúvidas dos Vereadores, tais como se seriam efetivamente preenchidas as 100 vagas de Auxiliar de Vida Escolar (AVE). Neste sentido, após explanação dos diretores e tendo a convicção de que as vagas seriam completadas, os vereadores aprovaram a proposta. Ocorre que foi publicado o edital do concurso no qual constam apenas 50 vagas para o cargo de Auxiliar de Vida Escolar. Assim, nos causa espanto o fato da atual administração contrariar não apenas o que foi dito aos vereadores mas também não atender o previsto na Lei Complementar nº 235, de 20/12/2019, justificando assim o presente requerimento”, explicou Serginho.

O requerimento questiona qual a justificativa para não serem previstas 100 vagas no edital do concurso; e se o Poder Executivo tem a intenção de contratar apenas 50 Auxiliares de Vida Escolar.

Requerimento 122/2019, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações sobre o serviço de castração de animais (gatos e cachorros) no município.

“A superpopulação de animais domésticos é um caso de saúde pública; a maior parte dos animais não consegue um lar, ficando pelas ruas procriando indesejadamente, com sede, fome, sem abrigo, doente, correndo risco de atropelamento e maus tratos. A única e eficaz maneira de não permitir que isso aconteça é castrando o animal, pois é uma forma de prevenir algumas doenças graves e evitar o abandono de filhotes, impedindo as ninhadas indesejadas. Ao meu entender, é necessário que a Administração tome as providências cabíveis para o controle populacional dos animais, haja vista o grande número existente pelas ruas de nossa cidade e distritos”, explicou Paraná.

Requerimento 123/2019, de autoria do vereador Ian Salomão, que requer à Prefeita Municipal informações sobre os recursos destinados para a operação tapa-buracos e o recapeamento das ruas de nossa cidade.

“Este requerimento visa obter esclarecimentos quanto ao montante de recursos próprios e os decorrentes de emendas parlamentares que foram investidos em recapeamento e operação tapa buracos nas vias de nosso município pela atual Administração.

Bem como tem o objetivo de verificar se o Poder Executivo conta com estudos concretos sobre o valor total necessário para solucionar o problema da pavimentação asfáltica em nosso município. Ainda, de extrema importância obter o cronograma que a Prefeitura Municipal pretende cumprir no momento em que os recursos forem disponibilizados e quais as ruas que mais necessitam de operação tapa buracos ou de recapeamento, o que esperamos que a Sra. Prefeita já tenha em mãos”, disse Ian Salomão.

Requerimento 124/2019, de autoria do vereador Serginho, que requer à Prefeita Municipal informações quanto a possibilidade de implantar a atividade de Polícia Delegada, entre o município de Paraguaçu Paulista e o Estado de São Paulo.

A atividade visa a combater as atividades irregulares ou ilegais no município, com atuação de Policiais Militares munidos dos equipamentos de proteção individual, em escala especial, em locais a serem especificados no Plano de Trabalho, mediante delegação compartilhada das atividades previstas na legislação municipal, além das demais normas legais e regulamentares que se referem à fiscalização de posturas municipais, bem como, as ações que promovam a segurança em nosso município.

“Este convênio já foi implantado em municípios de nossa região, como a cidade de Assis, onde já se encontra em plena atividade, e a cidade de Quatá, Maracáí, entre outras, motivo que faz com que a população paraguaçuense nos questione sobre a possibilidade de implantação em nossa cidade”, disse o autor Serginho.

Requerimento 125/2019, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações sobre as obras de restauração do Paço Municipal.

Sobre o assunto, Paraná explicou: “O atraso nas obras públicas gera uma série de fatores negativos. O principal deles é o aumento de custo, mas também deve-se levar em conta o descontentamento da população e o descrédito com o poder público. A obra continua em andamento, porém, em desacordo com o cronograma preestabelecido com base no Ofício nº 603/2017 – GAP apresentado pela Administração que após o início, no prazo de 12 meses retomaria as atividades a serviço da população”.

O requerimento questiona qual o prazo de conclusão da obra de restauração do Paço Municipal; quanto o município gastou até a presente data; qual a estimativa de custo para a conclusão da obra; e qual o prazo para retorno do atendimento ao público no Paço Municipal.

Requerimento 126/2019, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações sobre o atendimento a pessoas que sofrem com dependência química de drogas ou álcool.

“O aumento vertiginoso do número de dependentes químicos, por todo o município, deve-se principalmente a disseminação do crack, um produto relativamente de fácil acesso e com elevadíssimo potencial de gerar dependência.

A ausência de tratamentos em centros especializados de saúde impede uma resposta adequada a esse grave problema. A falta de recuperação correta e completa de um viciado faz com que ele volte a usar a droga e a incorrer nas mesmas falhas anteriores. Se existe alguma área da saúde em que a atenção integral é importante, podemos destacar o tratamento da dependência química, em local adequado”, destacou o vereador Paraná

O requerimento questiona se a Prefeitura tem parcerias ou convênios com as clínicas ou instituições que promovem o atendimento a pessoas que sofrem com a dependência química de drogas ou álcool; se sim quais são essas clínicas ou instituições; caso não tenha, se existe possibilidade ou previsão por parte da atual Administração Municipal em adotar algum programa ou medidas no sentido de atendimento a esses pacientes.

Requerimento 127/2019, de autoria do vereador Marinho Thimoteo, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a iluminação pública.

“O problema de iluminação pública é antigo em nosso município ocasionando vários transtornos e descontentamento na população. Somos sabedores do empenho da atual Administração em atender todas as reivindicações dos cidadãos. Porém, precisamos resolver o problema e buscar soluções que efetivamente acabem com esse flagelo, uma vez que a iluminação pública garante, de diversas formas, a segurança dos paraguaçuenses”, disse Marinho.

Requerimento 128/2019, de autoria do vereador Junior Baptista, que requer à Prefeita Municipal informações sobre todos os gastos referentes ao abastecimento de veículos da frota municipal, bem como os valores pagos de combustível (gasolina, álcool e diesel), e ainda, os contratos licitatórios.

Requerimento 129/2019, de autoria do vereador Junior Baptista, que requer à Prefeita Municipal informações sobre o fundo de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores públicos da Prefeitura Municipal, em especial todas as capacitações feitas pelo Instituto Áquila que previa no ato de sua contratação uma “economia” aos cofres públicos de 10 milhões de reais anuais.

“No ato da contratação do Instituto Áquila em nossa cidade pelo valor de aproximadamente um milhão, setecentos e setenta mil reais, os consultores do referido Instituto previam no ato da contratação uma economia aos cofres públicos de R\$ 10 milhões anuais. Tal presunção ocorreu na Câmara Municipal numa reunião ocorrida entre vereadores e populares. Assim, queremos obter informações sobre o Fundo de Capacitação e Aperfeiçoamento dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal, em especial todas as capacitações feitas pelo Instituto Áquila”, explicou Junior Baptista.

Requerimento 130/2019, de autoria do vereador Junior Baptista, que requer à Prefeita Municipal informações sobre os gastos que o município teve para as comemorações do aniversário da cidade (12 de março de 2019), desde shows, equipamentos de som, entre outras despesas.

Requerimento 131/2019, de autoria do vereador Junior Baptista, que requer à Prefeita Municipal cópia integral da licitação feita para aquisição da viatura da Guarda Municipal de nossa cidade, oriunda de emenda impositiva.



Executivo

Projetos da Prefeita Almira são aprovados na Câmara

Reunidos em Sessão Ordinária na segunda-feira, 17 de junho, a Câmara de Vereadores aprovou projetos de autoria da Prefeita Almira Garms. São eles:

Projeto de Lei 17/2019, que dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial ao Orçamento Programa 2019, no Departamento Municipal de Obras e Serviços Públicos e Departamento Municipal de Turismo. No valor de R\$ 75.286,33, o crédito será usado para: I - Projeto 1005, Pavimentação, Guias e Sarjetas, pagamento de despesas com obras e instalações (Convênio nº 143/2015); e II - Projeto 1022, Atrativos Turísticos, pagamento de despesas com obras e instalações (Convênio DADETUR nº 071/2017).

Projeto de Lei 18/2019, que dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial ao Orçamento Programa 2019, no Departamento Municipal de Educação e Departamento Municipal de Turismo. O crédito, no valor de R\$ 55.824,78, será utilizado para: I - Atividade 2042, Manutenção de Creches e Pré-Escola, pagamento de despesas com indenizações e restituições (Termo de Compromisso PAR nº 201801606-4); e II - Atividade 2057, Manutenção da Diretoria de Turismo, pagamento de despesas com indenizações e restituições (Convênio nº 066/2015).

Projeto de Lei 19/2019, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito da linha de financiamento FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.

Trata-se de uma linha de financiamento voltada para o setor público e privado, para investimentos em infraestrutura no País. O crédito é destinado aos projetos de saneamento, energia, transporte, logística, lastreado com recursos da CAIXA, próprios ou captados pelo banco no mercado de capitais nacional ou internacional.

Nesse contexto, após tratativas junto à CAIXA, verificou-se que o Município de Paraguaçu Paulista é elegível para captar recursos por meio desse tipo de operação de crédito. A Administração pretende captar recursos no montante de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para fins de recapeamento asfáltico.

Projeto de Lei 22/2019, que dispõe sobre autorização para a abertura de crédito especial ao Orçamento Programa 2019, no Departamento Municipal de Saúde. No valor de R\$ 150.000,00, o crédito será utilizado para aquisição de Unidade Móvel para Castração de Animais de Pequeno Porte – Castramóvel, com repasse do Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, referente à Proposta nº 11909.974000/1180-02.

Projeto de Lei 23/2019, que dispõe sobre autorização para a abertura de crédito especial ao Orçamento Programa 2019, no Departamento Municipal de Agricultura e Abastecimento, Departamento Municipal de Turismo e Fundo Social de Solidariedade. No valor de R\$ 163.238,60, o crédito será usado da seguinte forma: I - Atividade 2022, Manutenção da Diretoria de Agricultura e Abastecimento, pagamento de despesas com indenizações e restituições, devolução de recursos, para fins de prestação de contas referente ao Contrato Repasse nº 0214990-99/2006 – Programa PRONAF, cujo objeto é Fomento a Assistência Técnica e Extensão Rural e Capacitação de Produtores Rurais; II - Projeto 1021, Infraestrutura Turística do Município, pagamento de despesas com obras e instalações, para aditivo de serviços na obra, referente ao Convênio DADETUR nº 229/2014, cujo objeto é Sistema de Monitoramento de Segurança por Câmeras em diversas vias do Município; III - Atividade 2077, Manutenção do Fundo Social de Solidariedade, pagamento de despesas com outros serviços de terceiros – pessoa física, para alteração do elemento de despesa, Emenda Impositiva nº 026/18 – Vereadora Neide Aparecida Teodoro de Lima.

Projeto de Lei Complementar 11/2019, em 1º turno, que dispõe sobre a extinção de cargos de Professor de Educação Básica I Substituto e de Professor de Educação Básica II Substituto, altera o Anexo II da Lei Complementar nº 058/2005 e dá outras providências.

O Departamento Municipal de Educação, considerando o apelo desses profissionais sobre a limitação de direitos em relação aos outros profissionais efetivos do magistério municipal e a correlação das atribuições dos cargos em questão, solicitou a extinção dos cargos de Professor de Educação Básica I Substituto e de Professor de Educação Básica II Substituto, que estiverem vagos e estabelecer a extinção na vacância dos cargos que estejam lotados.

Assim, ficam extintos 8 cargos efetivos, atualmente vagos, de Professor de Educação Básica I Substituto (PEB I Sub.) e 8 de Professor de Educação Básica II Substituto (PEB II Sub.). Os 56 cargos efetivos de Professor de Educação Básica I Substituto (PEB I Sub.) e 3 (três) de Professor de Educação Básica II Substituto (PEB II Sub.), atualmente lotados, serão extintos na vacância. Ao assumir a sala livre, o professor substituto passará a ser denominado como Professor de Educação Básica I ou Professor de Educação Básica II.

Esta propositura entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.



Autismo

Câmara promove palestra com analista de comportamento

Na tarde de quarta-feira, 19 de junho, a Câmara de Vereadores promoveu a palestra “ABA – Melhorando a Qualidade de Vida e Autonomia das Pessoas com Autismo e outros Transtornos de Desenvolvimento”, proferida por Valéria Parejo, analista de comportamento BCBA.

A análise do comportamento aplicada, muito conhecida pela sigla ABA, é uma área de conhecimento que desenvolve pesquisas e aplicações a partir dos princípios básicos da ciência da análise do comportamento.

BCBA é a sigla para *Behavior Analyst Certification Board*, uma corporação sem fins lucrativos criada em 1998 para atender às necessidades de governos e consumidores de serviços de análise de comportamento do credenciamento de profissional conhecidos como Analistas do Comportamento. Os requisitos de certificação do BACB, conteúdo do exame e procedimentos são submetidos a uma revisão periódica de acordo com os padrões internacionais para as organizações que concedem credenciais a esses profissionais.

A certificação é muito importante, porque significa que a pessoa passou por um curso rigoroso com supervisão intensiva para poder demonstrar habilidades para ajudar as crianças no espectro do autismo a alcançar novas habilidades, enquanto diminuem comportamentos que consideramos barreiras de aprendizado. Os profissionais que possuem BCBA são obrigados a demonstrar um alto nível de compreensão dos princípios comportamentais.

Em sua palestra na Câmara, Valéria explicou o que é o autismo e que o mesmo é dividido em 3 níveis: leve, moderado e severo. O autismo é um problema psiquiátrico que costuma ser identificado na infância, entre 1 ano e meio e 3 anos, embora os sinais iniciais às vezes apareçam já nos primeiros meses de vida. O distúrbio afeta a comunicação e capacidade de aprendizado e adaptação da criança.

Os autistas apresentam o desenvolvimento físico normal, mas têm grande dificuldade para firmar relações sociais ou afetivas e dão mostras de viver em um mundo isolado. Anteriormente, o problema era dividido em cinco categorias, entre elas a síndrome de asperger. Hoje, ele tem uma única classificação, com diferentes graus de funcionalidade e sob o nome técnico de transtorno do espectro do autismo.

O autismo não possui causas totalmente conhecidas, porém há evidências de que haja predisposição genética para ele. Outros reportam o suposto papel de infecções durante a gravidez e mesmo fatores ambientais, como poluição, no desenvolvimento do distúrbio.

“Precisamos de intervenção precoce para diminuir os custos financeiros, mas também de qualidade de vida para todas as pessoas envolvidas. Os autistas têm direito a educação em escolas públicas e particulares”, destacou Valéria.

A palestrante é uma das responsáveis pelo Espaço Potencial, que funciona na cidade de Marília e foi fundado há 10 anos por pais e amigos de pessoas autistas. O Espaço oferece serviços gratuitos para a população. Para mais informações, o e-mail de Valéria Parejo é: v.parejo@changingb.com

Ao final da palestra, Valéria recebeu uma lembrança das mãos do Presidente Serginho que agradeceu a disponibilidade para realizar esse importante evento em nossa cidade.



Combate às Drogas

Câmara promove palestra com delegado de Assis

Foi realizada na Câmara Municipal na noite de quinta-feira, 27 de junho, a palestra “Combate às Drogas”, proferida pelo Dr. João Rosa da Silva Filho, Delegado de Polícia e Coordenador da CPJ – Central de Polícia Judiciária da cidade de Assis. A ideia surgiu por meio de um projeto do Presidente da Câmara Serginho, para destacar o Dia Internacional de Combate às Drogas, comemorado em 26 de junho.

A Mesa Principal da solenidade foi composta pelo palestrante Dr. João; pelo Presidente da Câmara Serginho; pelo Vice-Prefeito Clemente Júnior – representando a Prefeita Almira Garms; pelo Sargento Cláudio Pedro de Oliveira – representando o Capitão Ronny da Polícia Militar; pelo Subtenente Jules do Tiro de Guerra; e pelo Policial Civil Marcelo Rosa, representando o Dr. Lincoln Amorim, Delegado de Polícia Titular do Município.

Fizeram uso da palavra o Presidente da Casa Serginho e o Vice-Prefeito Clemente Júnior, que agradeceram a presença do público, das autoridades e, principalmente, do palestrante e falaram um pouco sobre o tema da noite. “Infelizmente, temos muitos problemas com drogas em nosso município. E esperamos, com essa palestra de hoje, contribuir de alguma maneira para a conscientização dos que estão aqui e daqueles que com vocês convivem”, disse Serginho.

Em sua palestra, Dr. João Rosa falou sobre os vários motivos que levam as pessoas a usar drogas, sobretudo os jovens, que muitas vezes começam a fazer uso para ser aceitos em determinados grupos. Como consequência, vem o vício e a dependência química. “A partir do momento que a pessoa começa a fazer uso ela entra num processo que chamamos de escalada e vai tornando-se cada dia mais dependente daquela substância”, explicou o palestrante.

Dr. João Rosa também falou sobre as drogas lícitas como cigarro e álcool e o quanto são perigosos e podem ser uma porta de entrada para as ilícitas. “Temos visto muitos jovens que começam a usar cigarro ou maconha com a desculpa de que é somente aos finais de semana, e vai aumentando, até chegar num processo de necessitar usar todos os dias, pois o organismo entra num processo de vício”, disse Dr. João.

De modo abrangente, Dr. João Rosa falou sobre vários tipos de drogas e seus malefícios e contou algumas histórias da vivência que teve com as drogas sendo delegado de polícia. Também destacou o quanto é importante que hajam políticas públicas voltadas à prevenção e conscientização das drogas. Ao final, o palestrante abriu para perguntas ao público, o que gerou um produtivo debate entre os presentes.

